

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude/Ceam/UnB

Disciplina: Políticas Públicas, democracia e participação social. CH – 45h; Créditos: 3

Datas: Novembro (9;16;23;30); Dezembro (7;14); Janeiro (4;11;18;25); Fevereiro (1;8;15)

Horário: 4as, 8h às 10h45

Docentes: Profa. Dra. Maria Raquel Gomes Maia Pires; Profa. Dra. Maria Lúcia Leal; Profa. Dra. Neirara de Moraes Bezerra (docente convidada)

PROGRAMA DA DISCIPLINA – 2022.2

(versão 21nov22)

Ementa: As políticas públicas e seu desenvolvimento na perspectiva de mediação entre Estado, sociedade civil, poder legislativo e poder judiciário. A análise de políticas públicas como instrumento de análise do Estado e das práticas governamentais. O processo de formulação das políticas públicas no Brasil. Políticas públicas, Estado e democracia na conformação da cidadania. A questão da participação social e a garantia do Estado democrático de direito Judicialização das políticas públicas. Estudos sobre políticas públicas direcionadas à infância e juventude. Direitos da criança e do adolescente e políticas públicas.

Apresentação

A disciplina tem como proposta discutir a articulação entre políticas públicas, Estado e democracia na conquista da cidadania de crianças, adolescentes e jovens. Em tempos de crise na democracia no contexto nacional e global - especialmente com a emergência da extrema direita - iniciaremos o curso com o debate acerca das teorias democráticas consensualistas e conflitivas. O primeiro módulo da disciplina - *Estado, Democracia e Cidadania* - perguntará pelos limites da luta por igualdade diante do apagamento das diferenças - necessárias para o tensionamento conflitivo e traço indiscernível do político. As seguintes questões nortearão as discussões: Como lidar com o “mal estar” (se assim podemos chamar) da democracia, quando a luta por igualdade nos leva a convicções totalitárias? Quais as repercussões da deliberação pública por assentimentos universais que oprimem singularidades minoritárias? Seria o consenso a melhor forma da democracia? Quais as objeções da epistemologia feminista às teorias deliberativas, contraposta pela democracia agonista? Por seu turno, o que fazer com os antagonismos inconciliáveis que impedem consensos mínimos no jogo político por conquistas igualitárias, no âmbito da conformação das políticas públicas? A guisa de síntese, abordar-se-á o clássico tensionamento filosófico entre o universal e o particular, transposto para a correlação de forças entre os interesses público e privado que configuram o Estado democrático de direito.

A par do debate clássico das teorias deliberativas e agonistas da democracia, no módulo 2, *Políticas Públicas e Política Social*, discutiremos seus reflexos nas políticas sociais, à luz da interseccionalidade. Entram em cena as discussões sobre igualdade e equidade na perspectiva indiscernível entre gênero, raça, classe, etnia e geração, no âmbito das políticas públicas para a infância e juventude. Discutir-se-ão as distinções entre políticas públicas e políticas sociais, avançando-se no tema da análise de políticas setoriais.

Por fim, o módulo 3, *Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude*, objetiva refletir sobre o processo de produção das políticas públicas e a interface Estado/Sociedade. Especificamente, a argumentação tem como foco os múltiplos papéis que os atores sociais podem desempenhar nos processos de formação de agenda, tomada de decisão e monitoramento das políticas públicas. Serão objeto de discussão as relações entre as chamadas “inovações democráticas” e as políticas públicas, percorrendo os debates acerca da democracia representativa e participativa, governança pública e democratização dos processos de elaboração e controle de políticas. Como eixo reflexivo, a participação social será interpelada pela seguinte questão: “quantas vezes fazem uma política”?

Objetivos

Geral: Refletir sobre a articulação entre políticas públicas, Estado e democracia na configuração da cidadania de crianças, de adolescentes e de jovens.

Específicos:

- Discutir as principais teorias da democracia, a crítica feminista e sua influência sobre o debate da cidadania ativa, no âmbito das políticas sociais;
- Articular as concepções de políticas sociais e das políticas públicas em perspectiva interseccional;
- Compreender o processo de produção das políticas públicas e a correlação Estado/Sociedade.

Módulos Temáticos

Módulo 1 – Estado, Democracia e Cidadania – Profa. Maria Raquel Gomes Maia Pires (Novembro: 9; 16;23;30)

- 1.1 O debate entre as teorias deliberativas e agonistas da democracia;
- 1.2 Teorias deliberativas da democracia – Jonh Rawls e Habermas
- 1.3 A Crítica feminista às teorias deliberativas: teoria agonista e a cidadania democrática de Chantal Mouffe
- 1.4 Teoria crítica de Nancy Fraser: justiça como reconhecimento ou redistribuição ?

Módulo 2 – Políticas Públicas e Política Social – Profa. Maria Lúcia (Dezembro 7 e 14; Janeiro: 4 e 11)

2.1 – Fundamentos da Política Pública/ Política Social e suas diferenças

(Aula 7 de Dezembro, 2022)

Quando se fala de Política Pública está se falando de uma política cuja marca definidora é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não porque deseja estatal (do Estado) ou coletivo (de grupos particulares da sociedade), e muito menos individual, mas pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade; tendo uma linha de ação pública e outra que visa caracterizar direitos sociais conquistados pela sociedade incorporados nas leis, no princípio do interesse público, da soberania popular e não da soberania dos governantes; e finalmente deve visar à satisfação das necessidades sociais e não na rentabilidade econômica privada.

A Política, na sua configuração mais recente e restrita, tem a conotação de política pública a qual engloba a política social. Ou melhor, a política social é uma espécie do gênero Política Pública, e esta última refere-se às ações do Estado gerada pelas necessidades sociais.

Desta forma, a Política Social pode ser definida como uma espécie de Política Pública, gerida pelo Estado e controlada pela sociedade, voltada para o atendimento de necessidades sociais, dentre outras atribuições, conforme referidas anteriormente.

Bibliografia

Pereira. P.A. Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. in. Política Social no capitalismo: Tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008

LEMOS. Flávia Cristina Silveira (et ali). Análise das Práticas de Violência contra crianças e adolescentes: uma história do presente das políticas para a infância. SER SOCIAL, Brasília, N.31.p.288-305, jul./dez, 2012

2.2 - As Políticas Sociais e a interseccionalidade (questões raciais, étnicas, gênero e diversidade) –

(Aula 14 Janeiro, 2022)

O termo interseccionalidade nos permite compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes em nossa sociedade.

Portanto, a Interseccionalidade é um instrumento de luta política, pois ao mesmo tempo que é um projeto de conhecimento é uma arma Política (Patrícia Hill Collins, 2014)

A questão central do debate parte dos desafios das Políticas Sociais no enfrentamento da proteção e garantia dos direitos humanos daqueles que vivenciam situações de violações de direitos pela sua raça, etnia, etc.

Bibliografia

Texto 1 - PEREIRA, Amauri M.. Trajetória e Perspectivas do movimento negro brasileiro. Belo Horizonte : Nandyala, 2008. (pp.7-43).

Texto 2- CRUZ, Thanísia M. A. & FILICE, Renísia C. G. Interseccionalidade nas Ações Decoloniais de Mulheres Negras: Notas Teórico- Metodológicas. In: WARG, Rodolfo (org). Cadernos do Ceam Arte e Inovação em Tempos de Pandemia 3 Artigos ISSN 0103-510X ISBN 978-65-997169-2-8 Ano XXII, n. 38, janeiro 2022 . (pp.102-115).

Desafios Atuais dos Feminismos; 16-20 set. 2013; Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

D"OLIVEIRA.Mariana Camargo (et ali). A interseccionalidade entre gênero e raça para a construção Étnico - Identitária das Mulheres Negras. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônico), Florianópolis, 2013.ISSN2179-510X

2.3 - O conceito de equidade no desenho das Políticas Sociais para as infâncias no contexto das diversidade, dignidade e igualdade de direitos.

(Aula 4 de Janeiro, 2023)

Essa categoria tem orientado a intervenção do Estado no campo social. Atribui ao Estado a responsabilidade na redução das enormes desigualdades sociais e da pobreza determinadas pelas sequelas deixadas pelas reformas econômicas colocadas em práticas pela ofensiva neoliberal.

A Equidade aqui é definida como justiça natural, disposição para reconhecer que todos precisam de atenção, mas não necessariamente dos mesmos atendimentos. Acessos aos mínimos sociais afim de garantir a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho nas novas condições

BIBLIOGRAFIA

Equidade para a Infância (América Latina). Editorial. Infâncias indígenas: diversidade, dignidade e igualdade de direitos. Número 55.2013. crianca.mppr.br

O conceito de equidade no desenho de políticas sociais. www.scielo.br

3) – O Princípio da Municipalização das Políticas Sociais para a infância e adolescência (descentralização/territorialização, intersetorialidade e articulação para proteção).

A constituição Federal de 1988 representa, para o Brasil, um momento de descentralização do poder na estrutura federativa do país. Ou seja, estados e municípios passaram a ter maior autonomia política e administrativa e, com isso, passaram a ocupar um novo lugar no processo de formulação e implementação de política pública .

Bibliografia:

Políticas Sociais para a Infância e Adolescência- Guia para Gestão Pública-. Fundação Abrinq pelos direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo,2021.

2.4 – Avaliação de Políticas, Programas e Projetos sociais: orçamento, políticas públicas e governança (Aula 11 de Janeiro, 2023)

Avaliação de políticas públicas executada como processo sistemático, integrado e institucionalizado, tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos, e quando necessário, identificar possibilidade de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos e resultados. Discutiremos uma perspectiva de análise que situa a avaliação das políticas sociais nas contraditórias relações entre Estado e Sociedade no capitalismo.

Bibliografia

BOSCHETTI. Ivanete. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos sociais.GESST/SER/UnB.2010

----- Método Crítico para Análise de políticas Sociais.GESST/SER/UnB.2010

OLIVEIRA. Thalita. Orçamento Público para Primeira Infância- o que diz sobre o projeto político do governo? INESC: Brasília, 2022

Módulo 3 - Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude – Profa. Neira de Moraes Bezerra (Janeiro: 18 e 25; Fevereiro: 1 e 8)

3.1 - Ciclo histórico da participação no Brasil.

O que é participar? O debate percorrerá os diferentes ciclos históricos da participação no Brasil, destacando as alterações no repertório de ação e formas de incidência dos movimentos sociais, organizações da sociedade e cidadãos nas definições sobre políticas públicas

3.2- Quantas vezes fazem uma política?

A partir de exemplos de políticas públicas recentes, debateremos as várias formas de incidência dos atores sociais nas diferentes fases do processo de políticas públicas (definição do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação)

3.3- Conselhos, Conferências, Orçamento Participativo e outras inovações

Serão discutidos os desafios e potencialidades das instituições participativas (conselhos, conferências, orçamento participativo etc.) postas em marcha desde a década de 1990, no Brasil e outros países. Na parte final, será debatido o atual estado de crise das inovações participativas em contextos de retrocesso democrático.

3.4- Participação de crianças e adolescentes

Os debates sobre os desafios da participação de crianças e adolescentes serão propostos a partir de experiências recentes, especialmente nas Conferências Nacionais de Direitos

Didática

As aulas contemplam discussão de textos previamente indicados pelas docentes, encontros presenciais e atividades síncronas com convidadas, via plataforma Teams, principal canal de comunicação da disciplina. Serão disponibilizadas referências diversas na pasta da disciplina. Recomenda-se a leitura previa da bibliografia para maior aproveitamento das aulas.

Pasta da disciplina no Teams:

https://unbbr.sharepoint.com/:f/s/DisciplinaPoliticaspblicasdemocraciaieparticipaosocial/EtOtNS_2t4xKtcEZ3NOcFTcBeMiF82_Qn7YlQIB2dfFlug?e=E1Rc4U

Avaliação

Será cobrado um artigo teórico ao final da disciplina sobre um dos temas e bibliografia abordadas ao longo das aulas, preferencialmente que possa compor o referencial teórico dos projetos de pesquisa discentes.

OBS: No encerramento da disciplina, em 12/02/2023, haverá apresentação dos respectivos roteiros dos artigos pelas/os discentes, contendo os tópicos principais do trabalho, a saber: questão norteadora; argumento central; objetivos; tópicos da revisão de literatura e bibliografia principal que

será utilizada. Todas as docentes estarão presentes e farão as observações com vistas ao aperfeiçoamento das produções finais.

Cronograma – Módulo 1- Estado, Democracia e Cidadania¹

DATA	TEMA	REFERENCIAS
MÓDULO 1 - Estado, Democracia e Cidadania – aulas presenciais		
9/11	1.1-O debate entre as teorias deliberativas e agonistas da democracia;	Degustação: Han, Byung-Chul. <i>Algofobia</i> . In: Han, Byung-Chul. <i>Sociedade paliativa : a dor hoje</i> ; tradução Lucas Machado. – 1. ed. – Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2021. Principal: Miguel, LF. <i>Consenso e conflito na teoria democrática</i> . In: <i>Lua Nova</i> , São Paulo, 92: 13-43, 2014
16/11	1.2-Teorias deliberativas da democracia – John Rawls e Habermas	Principal: Rawls, J. <i>O Liberalismo político</i> . Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. 2ª ed. São Paulo: editora ática. 2000 (Livro 1, conferencia 1); Habermas, J. ‘Três modelos normativos de democracia’. In: Habermas, J. <i>A inclusão do outro: estudos de teoria política</i> . São Paulo: Loyola, 2002 Complementar: consultar pasta da disciplina
23/11	1.3-A Crítica feminista às teorias deliberativas: teoria agonista e a cidadania democrática de Chantal Mouffe	Mouffe, C. <i>A cidadania democrática e a comunidade política</i> . <i>Estudos de Sociologia</i> . V. 2, n. 2 (1997), 59-68. Mouffe, C. <i>Por um modelo agonístico de democracia</i> . <i>Revista de Sociologia e Política</i> , n.25, p.11-23, 2005. Complementar: consultar pasta da disciplina
30/11	1.4-Teoria crítica de Nancy Fraser: justiça como reconhecimento ou redistribuição ?	Principal: Fraser, N. <i>O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história</i> . <i>MEDIAÇÕES, LONDRINA</i> , v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009 Fraser, N. <i>Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação</i> . <i>Revista Estudos Feministas</i> [online]. 2007, v. 15, n. 2

¹ Sujeito a alterações no decorrer das aulas.

		<p>Complementar: Fraser, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006</p>
--	--	---

Referencias

Módulo 1 - Estado, Democracia e Cidadania

Principal

Fraser, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006

Fraser, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Revista Estudos Feministas [online]. 2007, v. 15, n. 2

Habermas, J. ‘Três modelos normativos de democracia’. In: Habermas, J. ‘A inclusão do outro: estudos de teoria política’. São Paulo: Loyola, 2002

Han, Byung-Chul. Algodoria. In: Han, Byung-Chul. Sociedade paliativa : a dor hoje; tradução Lucas Machado. – 1. ed. – Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2021.

Miguel, LF. Consenso e conflito na teoria democrática. In: Lua Nova, São Paulo, 92: 13-43, 2014

Mouffe, C. A cidadania democrática e a comunidade política. Estudos de Sociologia. V. 2, n. 2 (1997), 59-68.

Mouffe, C. Por um modelo agonístico de democracia. Revista de Sociologia e Política, n.25, p.11-23, 2005.

Rawls, J. O Liberalismo político. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. 2ª ed. São Paulo: editora ática. 2000 (Livro 1, conferencia 1).

Complementar:

Consultar pasta da disciplina na plataforma Teams

Módulo 3 - Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude

Principal

Abers, Rebecca; Serafim, Lizandra; Tatagiba, Luciana (2014). Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol 57, n.2, 325-357.

Avritzer, L (2008), Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre avaliação da participação no Brasil democrático, Opinião Pública, 14 (1):43-64.

Capella, Ana Cláudia Niedhart. Formulação de políticas públicas. Brasília: ENAP, 2018

Carlos, E; Dowbor, M; Albuquerque, M.C. (2017). “Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas”. Civitas, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA. Resolução n. 151, de 15 de setembro de 2011. Dispõe sobre a participação de adolescentes nas comissões referentes à IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Disponível em: http://www.cedca.rj.gov.br/Resolucoes_CONANDA/2011/151.pdf.

Dagnino, Evelina (2004) “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Gohn, M.G. (2016). Gestão Pública e os Conselhos: revisitando a participação na esfera institucional. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.10 N.3 2016 ISSN: 1984-1639

Gohn, M.G. (2019). Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Morais, Neira de; Silva, Maria Andréa Luz da; Frota, Francisco Horácio. A participação institucionalizada em tempos de recessão democrática. Revista Debate, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 223-246

Pereira, Tatiana Dahmer (2019). Sobre resistências, medo e esperança. Argum., Vitória, V.11, n.1, p. 8-21

Sipioni ME; Zorzal e Silva M (2013), Reflexões e interpretações sobre a participação e a representação em conselhos gestores de políticas públicas, Rev. Sociol. Polit. vol.21 no.46.

Tatagiba, L.; Abers, R. ; Kunrat, M. (2018). "Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos", in Pires, R.; Lotta, G.; Oliveira, V.E. (orgs). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea/Enap, p. 105-140

Teixeira, Ana Claudia Chaves (2020). Trajetórias do ideário participativo no Brasil. Caderno CRH, Salvador, v.33, p. 01-15

Complementar:

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Almeida, Débora C. Rezende (2018). "Representação política. A virada construtivista e o paradoxo entre criação e autonomia". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 33, n. 97, p. 01-21

Avritzer, L. (2011), A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: Pires, R.R.C. (org.), Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicado – IPEA.

Capella, Ana Cláudia. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: ideias, Interesses e mudanças. Cadernos da EBAPE. V. 14. 2016

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan. /Jun. 1988

Instituto Polis e Inesc (2011). Governança Democrática no Brasil Contemporâneo: Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas - Arquitetura da Participação no Brasil: avanços e desafios. Relatório final de projeto de pesquisa. URL <https://www.abong.org.br/final/download/relatorioparticipacao.pdf>

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano. Portugal. Ed. Orfeu Negro, 2019. (p. 21 a 69).

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Sociologia da ação pública. Maceió: Ed. UFAL, 2012. (35 a 64; 17w a 218).

MULLER, Pierre. As políticas públicas. Rio de Janeiro: Eduff, 2018. (11 a

Pires, Roberto; Vaz, Alexander (2012): Participação social como método de governo? Um mapeamento das "interfaces socioestatais" nos programas federais, Texto para Discussão, No. 1707, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

REINACH, Sofia. A "transversalidade" brasileira: uma construção própria que vai além das influências internacionais. In: Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero

Serapioni, M (2014). Os desafios da participação e da cidadania nos sistemas de saúde. Ciência & Saúde Coletiva, vol 19, n. 12, 4829-4839. URL <https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n12/1413-8123-csc-19-12-04829.pdf>

Silva, Eduardo Moreira; Barros, Leonardo Soares (orgs.) (2013). Experiência de Participação Institucionalizada. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH, 2013.